

DIFERENCIAÇÃO TERRITORIAL E URBANODIVERSIDADE: ELEMENTOS PARA PENSAR UMA AGENDA URBANA EM NÍVEL NACIONAL¹

SAINT-CLAIR CORDEIRO DA TRINDADE JÚNIOR

Universidade Federal do Pará

stclair@ufpa.br

RESUMO

A presente reflexão busca discutir a diversidade territorial e urbana brasileira como pressuposto para pensar teorias e políticas urbanas em nível nacional. Para isso, considera-se o atributo da diversidade, recorrentemente sugerido como elemento importante para compreender a sociedade, como igualmente válido para tratar diferenças espaciais brasileiras e a manifestação não homogênea do fenômeno urbano em nível nacional. Nesse sentido, utiliza-se o termo urbanodiversidade como sugestivo para dois tipos de empreendimentos: o primeiro, no campo do pensamento teórico, e o segundo, no campo da ação política. Para esse intento de reflexão, inicialmente são feitas algumas considerações a respeito da pertinência do atributo da diversidade para abordar questões atuais no âmbito da ciência geográfica e, em seguida, visualiza-se esse mesmo atributo para focar a particularidade regional e urbana amazônica. Finaliza-se apresentando elementos caracterizadores da particularidade urbana

¹ O presente trabalho é resultado de reflexões realizadas no interior dos seguintes projetos de pesquisa sob nossa coordenação: a) “Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Pa)”, desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA) e da Fundação Ford, por meio da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – Amazônia; b) “Cidades médias na Amazônia: novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense”, desenvolvido com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); c) “A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais”, também com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

da Amazônia e que buscam anunciar a urbanodiversidade que se faz presente nessa mesma realidade regional.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanodiversidade. Diversidade Territorial. Urbanização da Sociedade. Urbanização do Território. Amazônia.

TERRITORIAL DIFFERENTIATION AND URBAN-DIVERSITY: ISSUES TO CONSIDER IN AN URBAN AGENDA AT NATIONAL LEVEL

ABSTRACT

The present discussion seeks to explore territorial diversity and Brazilian urbanization as a precondition for the consideration of theories relating to urban politics at national level. To this end, those characteristics of diversity were taken into consideration which repeatedly suggested themselves as important elements in the understanding of society. This was equally valid when looking at Brazilian spatial differences and the non-homogeneous nature of the urban phenomenon at national level. In this context, the term urban diversity is used to indicate two different approaches: first, in the field of theory and thinking, and, secondly, in the field of political action. Having this in mind, we seek to address current issues in the realm of geographical science, initially with some reflections on the relevance of the characteristic of diversity, and then to look at the same characteristics focusing on the individual circumstances of the Amazon region. We conclude by indicating the urban elements that determine the specific nature of the Amazon region and attempt to highlight the urban diversity present in that region's reality.

KEY WORDS: Urban-diversity. Territorial Diversity. Society's Urbanization. Territory's Urbanization. Amazon region.

INTRODUÇÃO

Tornou-se comum falar da urbanização brasileira como um fato consolidado, ainda que alguns autores insistam em apontar o grau e a intensidade desse processo como duvidosos (HURTIENNE, 2001; VEIGA, 2002). Os questionamentos tendem a surgir, em grande parte, devido à ausência de explicitação daquilo que, de fato, está sendo identificado como fenômeno de urbanização. É nesse sentido que se faz necessário, preliminarmente, estabelecermos a di-

ferenciação entre as noções de urbanização da população, da sociedade e do território.

Se a urbanização da população tende a refletir o maior número de pessoas habitando as sedes municipais e as vilas distritais, conforme a abordagem quantitativa, referenciada em grande parte por instituições oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), outras noções sobre o mesmo fenômeno levam em conta elementos que não se limitam a esse critério e, ao mesmo tempo, ajudam a avançar com base em discussões que tomam como referência a dinâmica social e o espaço como expressão, condição e meio dessa dinâmica (LEFEBVRE, 1974).

O tratamento da questão pressupõe considerar noções importantes diretamente relacionadas à interpretação da urbanização brasileira. Para Santos, por exemplo:

Estaríamos, agora, deixando a fase de mera urbanização da sociedade, para entrar em uma outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos (SANTOS, 1993, p. 125).

Diríamos, assim, que a urbanização da sociedade diz respeito à difusão de valores e modos de vida urbanos (LEFEBVRE, 1979), processo esse que Santos (1994, 1996) sugeriu como sendo o de difusão de uma psicosfera urbana. Diferentemente, a urbanização do território pressupõe a incorporação da variável espacial na definição do processo de urbanização, e nem sempre acompanha, no mesmo ritmo e densidade, a expansão do modo de vida urbano, uma vez que depende de elementos outros que deem sentido à morfologia espacial; elementos esses que se fazem necessários ao desdobramento no território, dos nexos da modernização e da urbanização da sociedade.

Para algumas regiões do espaço brasileiro, a urbanização do território parece se colocar como algo inquestionável; daí, em vez de se falar somente de urbanização do espaço ou do território, falar-se também de um fenômeno mais complexo, que é o de metropolização de espaços (LENCIONI, 2003), este entendido para além da metropolização extensiva, mas, sobretudo, como a difusão de elementos da metrópole em espaços não necessariamente metropolitanos. Mas, há outras realidades, como a vastidão do espaço amazônico, em que a urbanização do território tende a ser assimilada com diferenciações e particularidades que também revelam diversidades territoriais e urbanas.

É nesse sentido que a presente reflexão busca discutir a diversidade territorial e urbana brasileira como pressuposto indispensável para a construção de uma agenda urbana em nível nacional. Para isso, consideramos que o atributo da diversidade, recorrentemente sugerido como elemento importante para pensar a sociedade, possa ser pertinente para tratar as diferenças espaciais brasileiras, como também a manifestação diferenciada do fenômeno urbano na escala nacional. É nesse sentido que o termo urbanodiversidade procura aqui ser utilizado.

Não é pretensão discutir a escala nacional propriamente dita, mas tão somente a realidade amazônica, que é tomada como um exemplo para pensar a diversidade urbana que se apresenta em nível nacional, de maneira que ela possa ser colocada como um pressuposto de agendas mais gerais.

Para realizar esse intento, inicialmente fazemos algumas considerações a respeito da pertinência do atributo da diversidade para abordar questões atuais no âmbito da ciência geográfica, e, em seguida, visualizamos esse mesmo atributo para focar a particularidade regional e urbana amazônica. Finalizamos apresentando elementos por meio de eixos temáticos² que anunciam a urbanodiversidade que se faz presente nessa mesma realidade regional.

PENSANDO O ATRIBUTO DA DIVERSIDADE

Para Massey (2000), a compressão do espaço-tempo refere-se ao movimento e à comunicação que se aceleram através do espaço, à extensão geográfica e de abrangência de novas relações sociais, assim como à nossa experiência individual e social em face desse processo. Entretanto, conforme propõe essa autora, há necessidade de se questionar se esses elementos resultam tão somente de ações praticamente exclusivas do capital no seu processo de internacionalização, criando, por assim dizer, um processo de homogeneização pré-definido:

Os jumbos permitem que consultores de computação coreanos visitem o Vale do Silício como se batessem na porta ao lado, e que empresários de Cingapura

² A eleição desses eixos foi feita com base na experiência de pesquisa, discussão e sistematização científica realizada nos anos de 2006, 2007 e 2008 no interior do Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (COMOVA), sediado na cidade de Belém (Pará), e que engloba técnicos pertencentes à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)-Amazônia, pesquisadores, docentes e discentes da Universidade Federal do Pará e militantes de movimentos sociais que atuam na região amazônica.

cheguem a Seattle em um dia. As fronteiras do maior oceano do mundo estão ligadas como nunca. E o Boeing une essas pessoas. Mas o que dizer daqueles povos sobre os quais eles voam, em suas ilhas situadas oito quilômetros abaixo? De que maneira o poderoso 747 traz para eles uma maior comunhão com aqueles cujas praias são lavadas pela mesma água?... O transporte aéreo pode permitir que os homens de negócio atravessem velozmente o oceano, mas o declínio concomitante do transporte marítimo só aumenta o isolamento de muitas comunidades insulares... (MASSEY, 2000, p. 179).

Mutatis mutandis, o mesmo raciocínio pode ser aplicado para as mudanças ocorridas no espaço regional amazônico com a instalação de grandes projetos, polos industriais, rodovias etc. Isso ocorre porque as mudanças na relação espaço-tempo precisam de diferenciação social (MASSEY, 2000) e, consequentemente, de diferenciação territorial.

Nem sempre a apreensão dessa diversidade consegue ser percebida de forma imediata. Da mesma maneira, nem sempre se consegue deslocar olhares tendo em vista escalas e posições espaciais diferenciadas, de forma a se perseguir a natureza do espaço como sendo relacional (HARVEY, 1980) e de percebê-lo, seja como produto de inter-relações, seja como esfera da possibilidade de existência da multiplicidade, seja, ainda, como devir (MASSEY; KEYNES, 2004).

Há, nessa concepção, uma geometria do poder a ser problematizada, tendo em vista a natureza relacional do espaço:

Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e de quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e ao movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; alguns dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas mais em sua extremidade receptora do que outras; algumas são efetivamente aprisionadas por ela (MASSEY, 2000, p. 179).

Essa assertiva nos fornece algumas indicações para pensarmos a diversidade territorial, uma vez que a experiência social não se realiza sem o pressuposto do espaço, que não é mero reflexo social, mas igualmente força de produção (LEFEBVRE, 1974).

Para Massey (2000), muito mais que separar tempo e espaço, aquele como de natureza mutante e este como ponto de fixidez e de sucessão temporal, o que se busca propor é o real significado da espacialidade, de maneira a não tomar o espaço como localização absoluta em uma dada sequência de tempos.

Para que isso não ocorra, é lícito considerar a contemporaneidade da diferença, no sentido de se reconhecer que os “outros” realmente existentes também têm suas próprias histórias e estórias para contar, e que não estão apenas em uma sequência linear de um tempo hegemônico e único. Dito de outra maneira, faz-se importante levar em conta a possibilidade de coexistência de uma multiplicidade de histórias e de espaços:

Diferenças geográficas estão sendo reconhecidas em termos de sequência histórica... Em certo sentido está-se adotando uma posição bergsoniana, a de que a diferença é essencialmente temporal... Esta concepção de espaço em termos temporais é um modo de conceber a diferença que é típico de muitas das grandes leituras modernistas do mundo... Todas elas compartilham de uma imaginação geográfica que re-arranja as diferenças espaciais em termos de sequência temporal. A implicação disso é que lugares não são genuinamente diferentes; na realidade, eles simplesmente estão à frente ou atrás numa mesma estória: suas “diferenças” consistem apenas no lugar que eles ocupam na fila da história... Entretanto... para que haja histórias múltiplas, co-existent, deve existir espaço. Em outras palavras: o pleno entendimento da espacialidade envolve o reconhecimento de que há mais de uma estória se passando no mundo e que essas estórias têm, pelo menos, uma relativa autonomia (MASSEY, 2000, p. 15).

Conforme sugere Haesbaert (1999), o entendimento da diversidade territorial pela Geografia tem sido dado, ou pelo viés da diferença, em sentido estrito, considerando a singularidade, conforme se tornou conhecida a Geografia Regional lablacheana, ou pelo viés da desigualdade, quando então se tomou um padrão de medida como referência para, com base nele, situar cada região. Esse foi o caso das perspectivas que analisaram a diversidade como produto da divisão territorial do trabalho ou da abordagem das regiões funcionais, que foram hierarquizadas de acordo com as áreas de influência das cidades.

O mesmo autor coloca a necessidade de se trabalhar, para o reconhecimento da diversidade territorial, tanto com elementos singulares, em sua especificidade, e universais, quanto com os elementos particulares e gerais, sem dicotimizá-los, posto que não existem quaisquer limites claros entre singular/particular e universal/geral. Nessa linha, sugere pensar a produção da diversidade no mundo contemporâneo considerando os binômios desigualdade-diferença e globalização-fragmentação, o que parece ser interessante para considerar diferentes realidades regionais no contexto brasileiro.

AMAZÔNIA: DIVERSIDADE E URBANIZAÇÃO

No caso amazônico, a diversidade tem sido reconhecida ou proposta a partir de vários estudos. Naqueles mais recentes sobre essa região, apesar de se invocar a existência de diversas “amazônias” (PORTO-GONÇALVES, 2001), há uma tendência a se enfatizar a produção da desigualdade socioespacial para o reconhecimento do atributo da diversidade.

Magnano (1990), por exemplo, propôs o reconhecimento das seguintes sub-regiões: a) região de influência direta de Belém; b) região de influência direta de Manaus; c) região de disputas entre formas capitalistas de produção e formas alternativas de exploração do espaço produtivo; d) região da fronteira norte; e) região de predomínio de estruturas tradicionais em lento processo de transformação.

Becker (1990a), por sua vez, propôs a existência de duas sub-regiões (Amazônia oriental e Amazônia meridional) e subentendendo-se a existência de uma terceira (Amazônia ocidental). Mais recentemente, a mesma autora (BECKER, 2004), regionaliza o espaço amazônico a partir de três grandes unidades regionais: a) a macrorregião de povoamento consolidado, subdividida em arco da embocadura, núcleos de modernização do leste e sudeste do Pará, corredor do Araguaia-Tocantins, áreas intensivas em tecnologia agroindustrial e áreas de agropecuária tradicional e de sistemas agroflorestais; b) a Amazônia central, subdividida em fronteira de preservação, vale do Amazonas, zona de produção familiar da Transamazônica e frentes de expansão (cunha do Tapajós ou Cuiabá-Santarém, Terra do Meio e Corredor do Madeira); c) Amazônia ocidental, subdividida em fronteira de integração continental, alto Rio Negro, várzeas do Solimões, zona de Florestania e Manaus e seu entorno.

Não muito diferente tem sido o reconhecimento da diversidade urbana, tratada por muito tempo como sendo uma diferença de inserção das cidades na hierarquia urbana e na rede de cidades ou, conforme se verifica de maneira muito frequente, como uma questão de cunho demográfico.

Alguns outros estudos buscam avançar tomando como referência a diferenciação territorial a partir da expansão da fronteira econômica e sua relação com a natureza, como faz Vicentini (2004), que define uma tipologia a partir dessa preocupação (quadro 01).

QUADRO 01 - CIDADE E HISTÓRIA NA AMAZÔNIA: UMA TIPOLOGIA

CIDADES	VÍNCULOS/VINCULAÇÃO
Metrópoles contemporâneas	Estruturas urbanas complexas associadas às repercussões dos novos processos de ocupação (Belém, Manaus, São Luís).
Cidades novas e modernas	Bases de operação e de reprodução social dos grandes projetos minero-metalúrgicos implantados na região (<i>company towns</i> de Barcarena, Tucuruí e Carajás, principalmente) ou associadas à necessidade de consolidação de novas estruturas territoriais que demandam uma relativa estrutura urbana concentrada de apoio às atividades econômicas e políticas (Palmas).
Cidades da colonização	Núcleos de apoio aos processos de colonização do final da década de 1960 e pontos de apoio aos eixos de penetração rodoviários (agrovilas, agrópolis, rurópolis).
Cidades “espontâneas”	Estruturas urbanas novas e precárias associadas a atividades e serviços complementares, formais ou não, relativas aos grandes projetos ou de apoio às novas frentes econômicas.
Cidades tradicionais	Estruturas urbanas mais antigas e sujeitas a transformações recentes, decorrentes dos impactos sociais, culturais e ambientais promovidos pela introdução de novos modelos de produção e de inovações tecnológicas na região.

Elaborado a partir de Vicentini (2004) *apud* Trindade Jr., Silva e Amaral (2008).

Mesmo considerando o espaço amazônico como definitivamente urbanizado, é preciso levar em conta a forma diferenciada dessa urbanização. Conforme destaca Becker (2004), três tipos de situações podem ser observadas: a) áreas de urbanização elevada e com diferenciação interna, encontradas nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e sudeste do Pará; b) áreas com urbanização elevada e pequena diferenciação interna, como se verifica nos estados do Acre e do Amapá; c) áreas de baixa urbanização, com diferenciação interna, percebidas nos estados do Maranhão, Amazonas e parte do Pará.

É justamente em sub-regiões de povoamento consolidado que se encontram os maiores níveis de urbanização. Assim, observando a diferenciação intrarregional, Machado (1996) destaca que, além das capitais e das cidades que tiveram redefinidos seus papéis no momento atual, a urbanização do território se faz mais presente em quatro áreas principais: sudeste do Pará, Mato Grosso, Tocantins e centro-sul de Rondônia.

Essa diferenciação interna acompanha a dinâmica das atividades econômicas e da força de trabalho, que, por sua vez, define o perfil da economia

política da urbanização e as tendências da dinâmica urbana no plano regional, a saber: concentração nas maiores aglomerações, ainda que nos últimos anos já se apresente um processo de desconcentração urbana; proliferação de cidades pequenas, em grande parte tornadas sedes de novos municípios ou fruto da modernização do território por projetos econômicos; maior presença e importância das cidades médias na rede urbana.

Apesar da descontinuidade da urbanização no plano territorial, não se pode dizer, entretanto, que no plano das relações sociais os valores da sociedade urbana não estejam presentes no espaço regional. À semelhança de outras regiões, a sociedade urbana, através de estilos de vida e comportamentos, ganha maior fluidez que no plano do território. Em trabalho sobre pequenas cidades na região, Oliveira (2000) já constatava esse fato, ao analisar o conjunto de valores reproduzidos nas pequenas cidades amazônicas, ainda que distantes das principais realidades metropolitanas brasileiras.

Conforme ainda Oliveira (2000), na Amazônia, a cidade se impõe como base inicial de um processo. Ela está associada a novas atividades, às quais serve como suporte, tanto no plano econômico, como no institucional. Nesse caso, sustenta o autor, a fronteira econômica já nasce urbana, não enquanto domínio da cidade na paisagem, mas pela presença marcante do urbano como estilo de vida, que se estabelece e tende a predominar.

Ainda que existam cidades onde predominem um ou outro padrão de urbanização, a urbanodiversidade é revelada não somente por diversos tipos de cidades e pela existência de múltiplos tipos de urbanização que decorrem de um único processo, mas também por formas mistas de espaços que indicam a hibridização de relações marcadas por contatos e resistências em face de processos de diferentes naturezas, o que nos faz considerar a pluralidade de tempos e de espaços mencionada por Massey (2000).

É nesse sentido que corroboramos com a hipótese já levantada por Silva e Nobre Jr. (2009) de que a difusão da cidade no território amazônico, que se expressa em termos materiais e simbólicos, como o avanço da urbanização da sociedade, não implica em negação dos conteúdos rurais presentes na região, mas tende a ser associada aos processos de reinvenção de formas e conteúdos diversos em que se expressam as relações cidade/campo e urbano/rural na Amazônia. Trata-se, portanto, de considerar convivências e coexistências de tempos-espaços, que não indicam necessariamente um movimento único de expansão de relações.

OS CONTEÚDOS DIVERSOS DA URBANIZAÇÃO: PENSANDO AS PEQUENAS CIDADES

Os limites entre o rural e o urbano sempre foram objeto de discussão, e a necessidade de estabelecê-los com precisão parece ter sido um empreendimento que mais do que ajudar a interpretar a produção social do espaço geográfico, estabeleceu muitas vezes recortes arbitrários para realidades dinâmicas e difíceis de serem delimitadas. Na Amazônia, esse empreendimento tende a ser mais dificultoso, haja vista a imbricação da vida rural e urbana, seja nas pequenas e tradicionais cidades, seja nas grandes e modernas metrópoles da região.

Se seguirmos os critérios do IBGE, que concebe as cidades (sedes municipais) e vilas (sedes distritais) como espaços que alojam uma população urbana, poderemos, da mesma forma, associar a noção de vida urbana a todo e qualquer conteúdo social que nesses limites (cidades e vilas) se realiza, e, por exclusão, nomear os demais espaços como definidores de uma vida rural. Com base nessa concepção, os números de população nos indicariam também o perfil da vida urbana, que corresponderia, na região Norte, a mais de 70% da população total.

Entender a vida urbana e rural na Amazônia a partir desses critérios poderia, entretanto, nos induzir a graves problemas e equívocos relacionados à interpretação da realidade regional. Superar essa questão, por outro lado, implica fazer incursões analíticas que deem conta do espaço geográfico como possibilidade de convivência e da existência de formas e conteúdos diversos.

Alguns estudos têm se preocupado com essa questão sem necessariamente superar critérios de ordem quantitativa. No âmbito nacional, tornou-se conhecido o já mencionado estudo de Veiga (2002), que questiona os dados oficiais, sugerindo a existência de “cidades imaginárias” a partir deles, e levantando o argumento de que o Brasil e, por consequência, a Amazônia, seriam menos urbanos do que se calcula. Da mesma forma, Hurtienne (2001), discutindo a urbanização no âmbito regional, questiona a noção de “fronteira urbana” (BECKER, 1990a; MACHADO, 1999) para determinadas realidades locais da Amazônia e estabelece limites, com base em cálculos populacionais, para definir os conteúdos rural e urbano, demonstrando, a partir desses limites, a improcedência de teses que asseguram um grau de urbanização mais avançado para a região.

Em ambas as proposições, parece estar ausente a interpretação de uma relação intrínseca entre a sociedade e sua espacialidade que nos permita reconhecer o espaço geográfico como forma-conteúdo. Nesse sentido, podemos falar da

existência de formas espaciais, a exemplo de cidade e de campo, assim como de conteúdos socioespaciais, a exemplo de rural e de urbano, que não necessariamente se associam, de maneira respectiva e mecânica, às formas espaciais anteriormente mencionadas, especialmente nos dias atuais, marcados pela compressão espaço-temporal. Além disso, é preciso reconhecer a existência de uma tecnosfera (sistemas de objetos mais ou menos artificializados) e de uma psicofera urbana (sistema de valores, de comportamentos, de relações de origem urbana) (SANTOS, 1994), que dão sentido às formas-conteúdo espaciais.

Com base nessa proposição, fala-se, então, de urbanização da sociedade (LEFEBVRE, 1979), que se realiza para além da forma espacial cidade e se materializa, igualmente, no campo. Trata-se de uma forma de urbanização que não se pauta em dados de população (urbanização da população), como sugere o IBGE, mas que por meio de expansão de objetos técnicos se difunde no território (urbanização do território) e se insere como modo de vida e como prática cotidiana na sociedade (urbanização da sociedade).

Nesse sentido, parece-nos insuficiente tratar o conteúdo rural e urbano a partir de um limite demográfico, por exemplo, aglomerados de 20.000 habitantes, para definir realidades rurais (abaixo desse limite) e urbanas (acima desse limite), como sugere Hurtienne (2001). Senão, o que dizer das cidades-empresa ou *company towns*, que, na Amazônia, enquadram-se abaixo daquele limite, mas cuja psicofera e modo de vida estão muito mais próximos do mundo urbano?

Assim sendo, necessário se faz pensar, por um lado, a difusão da cidade no território, que muitas vezes, na Amazônia, até bem recentemente, guardava pouco da vida urbana; e, por outro lado, pensar a difusão da vida urbana nas formas espaciais, seja nas cidades, seja para fora delas, adentrando, inclusive, o campo. Daí a afirmação de Oliveira (2000), já mencionada anteriormente, de que na Amazônia o processo de urbanização não se dá necessariamente pela presença da cidade na paisagem regional (urbanização do território), mas principalmente pela difusão da sociedade urbana.

Isso nos sugere pensar em uma pluralidade de agentes, além daqueles convencionalmente tratados pela Geografia Urbana³, que produzem os espaços ur-

³ Harvey (1980) distingue os usuários de moradia, os corretores de imóveis, os proprietários rentistas, os incorporadores e a indústria da construção de moradia, as instituições financeiras e as instituições governamentais; Capel (1974), por sua vez, discrimina como agentes os proprietários dos meios de produção, os proprietários do solo, os promotores imobiliários e empresas de construção, e os orga-

banos na Amazônia e, conseqüentemente, em feições diferenciadas de pequenas cidades e de vidas urbanas que materializam a prática desses mesmos agentes. Muitos deles, inclusive, definem uma população urbana que trabalha no campo, questão esta já tratada por Santos (1993) para outras cidades brasileiras, mas também uma população rural que usa de forma cotidiana e intensa o espaço urbano, como parte de suas estratégias de (sobre)vivência⁴. Essas experiências diversas sugerem, igualmente, diferentes tipos de urbanização que se projetam na dinâmica da pequena cidade, como já analisou Becker (1990b) (quadro 02).

QUADRO 02 A FRONTEIRA URBANA E OS PADRÕES DE URBANIZAÇÃO

MODELOS	CARACTERIZAÇÃO
Urbanização espontânea	Muito presente na Amazônia oriental, resulta em grande parte da ação indireta do Estado na produção do espaço, quando incentiva a apropriação privada da terra por empresas, grupos econômicos ou agentes individuais. Nesse processo, surgem ou se expandem cidades que acompanham as frentes econômicas, mobilizando, igualmente, uma grande quantidade de mão de obra móvel e polivalente para estes núcleos urbanos.
Urbanização dirigida pela colonização particular	Direcionada por companhias colonizadoras, é um tipo de urbanização comandada por relações econômicas baseadas em trabalho familiar e cuja configuração territorial assemelha-se ao urbanismo rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os principais agentes são colonos, funcionários das companhias, comerciantes e investidores.
Urbanização dirigida pela colonização oficial	Trata-se do modelo de urbanismo rural do INCRA e que articula um sistema de núcleos urbanos configurados em localidades centrais hierarquizadas, aproveitando a estrutura urbana pré-existente para a configuração de um sistema de cidades, que, por sua vez, está baseado em uma estrutura social complexa: colonos, funcionários, comerciantes.
Urbanização dos grandes projetos	Trata-se de um processo de urbanização ligado a projetos de grande escala – os grandes projetos econômicos e de infraestrutura –, cuja dependência de uma base urbana para a sua instalação e para a residência de pessoal técnico, de trabalhadores permanentes e de atendimento a uma massa de trabalhadores temporários, faz desses espaços verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia.
Urbanização tradicional	Com pouca repercussão da expansão das frentes econômicas, trata-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira do rio e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dendrítico.

Fonte: Becker (1990b).

nismos públicos; enquanto que Corrêa (1989) menciona os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

⁴ Esse termo aqui é usado para falar de duas dimensões da vida urbana, uma mais ligada à reprodução econômica, à troca econômica propriamente dita; a outra, para referenciar a reprodução social no seu sentido mais amplo, inclusive como troca simbólico-cultural (SILVA; MALHEIRO, 2005).

Tomemos como exemplo dois extremos desse quadro – as cidades-empresa e as cidades ribeirinhas tradicionais – para discutir o que se tem chamado de cidade e de urbano na vida regional. Se tomarmos como ponto de partida as atividades econômicas no intuito de entender a definição do que seja rural e urbano na pequena cidade, muito provavelmente teremos dificuldades de compreender a situação de uma cidade como Carajás, localizada na serra de mesmo nome no sudeste paraense, concebida e implantada na floresta para atender às necessidades de exploração do minério de ferro. A atividade extrativa, convencionalmente tida como rural, tende aí a ser um complicador nessa relação biunívoca, razão pela qual temos denominado esse tipo de núcleo urbano de cidade na floresta, para diferenciá-la das cidades da floresta.

As cidades da floresta eram, até a década de 1960, as mais comuns na região. Suas características de pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam-lhes forte ligação com a dinâmica da natureza, da vida rural não moderna e do ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com o seu entorno e com localidades rurais próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Por mais que muitas pequenas cidades da Amazônia venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram e ainda são marcas fortes de sub-regiões como o oeste do Estado do Amazonas, a ilha do Marajó e o Baixo Tocantins.

Por outro lado, as cidades na floresta são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, e tida principalmente como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais, turismo etc.).

A forma de articulação e de interação da cidade na floresta se dá, em grande parte, muito mais com outras realidades fora da região do que propriamente com a realidade interna. Tratam-se, em sua maioria, de cidades que servem de referência logística para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional, a exemplo das cidades-empresa (Carajás-PA, Porto Trombetas-PA, Vila de Pitinga-AM etc.), bases de apoio aos grandes projetos econômicos instalados na região para atender às demandas de recursos do mercado externo e que difundem valores e comportamentos indiscutivelmente tidos como urbanos.

Diferentemente, temos aquelas que não são enclaves urbanos, mas cidades locais, com forte organicidade com a vida rural e com as localidades que lhes são próximas, traduzindo inclusive essa ligação para a sua dinâmica intraurbana. É o caso das cidades ribeirinhas, que têm fortes ligações locais, sendo, por isso, cidades da floresta por excelência, tal o papel que cumprem na interação com o entorno rural e com o ritmo da floresta e dos rios.

Nesse sentido, quando abordamos essa complexidade da relação rural-urbano na região, não se está tratando de simples justaposição de usos rurais e urbanos, que também acontecem de forma recorrente, e muito menos das cidades do campo, tratadas por Santos (1993), e que funcionam e se organizam atendendo a uma demanda de produção moderna do entorno, e que por isso também se modernizam.

As cidades ribeirinhas tradicionais, por exemplo, são cidades em que esse elemento, a modernidade do presente, mostra-se de forma pontual, convivendo com um tempo mais lento e com práticas socioespaciais que consideram o ritmo da natureza, notadamente do rio e da floresta. Sua dinâmica também é composta por uma população rural que lhe dá dinamismo e que a visita cotidianamente, definindo uma forte solidariedade orgânica (SANTOS, 1994) entre a cidade e o entorno.

Nesse sentido, não se trata aqui daquela categoria populacional tratada por Santos (1993) como uma população agrícola e não rural. Neste caso, o autor estava se referindo a uma população que habitava as cidades, especialmente as suas periferias, e que trabalhava no campo, sendo, por essa razão, uma população urbana e agrícola ao mesmo tempo. Essa realidade não deixa de se fazer presente na Amazônia, e é observada, sobretudo, em regiões onde tende a se implantar uma frente de expansão econômica mais recente, e onde a mão de obra se define pelo seu caráter móvel e de polivalência.

Além desse fenômeno, falamos também aqui de uma população que mora em áreas consideradas rurais e que se dirige à cidade, compondo a sua paisagem cotidiana, e que pode ser identificada, por exemplo, pela presença, à beira-rio, de inúmeros barcos e do comércio de produtos que conferem um dinamismo à cidade durante boa parte do dia. Serviços como os de educação e saúde são também muito utilizados nesse tipo de cidade pela população que habita as zonas rurais e que possui carência desse atendimento.

Nos estudos que realizamos no Baixo Tocantins⁵, foi possível observar que as cidades presentes nessa sub-região do nordeste paraense têm fortes enraizamentos socioeconômicos e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos esses que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta daquelas em relação a este, mas principalmente por apresentarem uma interação funcional (a exemplo da circulação fluvial e uso para as atividades domésticas), de subsistência material (fonte de recursos alimentares), lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (imaginário sociocultural).

Por isso essas cidades têm como principais características o fato de serem: a) pequenas quanto ao seu tamanho populacional e à extensão de seu formato territorial; b) localizadas às margens dos rios, e, em geral, de grandes rios, seja do ponto de vista de sua largura, seja do ponto de vista do volume de água ou, ainda, do tamanho de seu curso fluvial, sendo este, inclusive, um importante atributo fisiográfico a ser considerado; c) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto espacial em que se inserem, do padrão de seu ordenamento intraurbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais. Em decorrência destes últimos atributos, são cidades com pouca modernização econômica e territorial, onde o chamado meio técnico-científico-informacional se faz presente de maneira muito tímida (TRINDADE JR.; SILVA; AMARAL, 2008).

Não se pode dizer, todavia, que essas características estejam reduzidas às pequenas cidades da região. Mesmo as grandes, como Belém (Pará) e Manaus (Amazonas), resguardam tais elementos. Da mesma maneira, não se pode dizer que pe-

⁵ Para a realidade do Baixo Tocantins, uma sub-região tradicionalmente ribeirinha, afetada apenas indiretamente pelas frentes de expansão econômica que tomaram corpo a partir da década de 1960, parece-nos marcante a presença do modelo de urbanização tradicional, ainda que seja uma região situada entre dois grandes empreendimentos, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (produção de energia elétrica) e o Complexo Albrás/Alunorte (produção de alumina e alumínio). Dentre as principais características dos municípios situados à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, destaca-se a natureza ribeirinha da população local, traduzida, igualmente, para o plano de sua organização espacial - herança de uma forma dendrítica de rede urbana (CORRÊA, 1987) -, a despeito de outras formas de circulação que mais recentemente passaram a articular essas realidades locais ao restante da região. Diferentemente, nos municípios situados à montante da mesma hidrelétrica, na sua maioria recentemente emancipados e com forte influência da dinâmica das rodovias e da mobilidade da força de trabalho recém-chegada à região amazônica, os núcleos urbanos - cidades e vilas - situados à jusante, apresentam uma grande presença de populações tradicionais e de origem local que apresentam uma forte relação com o rio, não simplesmente por estarem localizados às suas margens, mas principalmente por apresentarem uma interação multidimensional com ele. (TRINDADE JR., 2002).

quenas cidades tenham todas elas conteúdos rurais. É o caso das cidades-empresa ou *company towns* – Vila dos Cabanos (Pará), Carajás (Pará) etc. –, já mencionadas, que, mesmo pequenas, traduzem, nas suas relações econômicas e cotidianas, valores e modos de vida estreitamente associados a práticas urbanas modernas.

Assim, o estudo da diversidade urbana deve levar em conta a pluralidade de espaços e tempos que se traduzem em conteúdos plurais da urbanização. Tais conteúdos definem a presença de pequenas cidades com vida urbana moderna, mas também de cidades urbano-rurais e, ainda, daquelas que, sendo rurais, convivem com uma psicofera urbana, a qual, mesmo não dominante, revela mudanças e confere hibridismo às formas espaciais.

CIDADES MÉDIAS: PARA ALÉM DO PATAMAR POPULACIONAL E DA MODERNIZAÇÃO

Entre as tendências apontadas para a urbanização brasileira, tem-se colocado recorrentemente a desconcentração econômica como elemento indutor de um processo de desconcentração urbana, que levaria, inclusive, a concluir pela importância que as cidades médias tendem a assumir como espaços em transição (SPOSITO, 2007).

Não obstante a validade dessa assertiva também para o espaço amazônico, é forçoso observar que essa tendência não é genérica. Se dividirmos a Amazônia em duas grandes regiões, a oriental e a ocidental, não é difícil reconhecer o processo de urbanização que se materializa diferencialmente. Se na Amazônia oriental as frentes de expansão econômica conferiram importância às cidades médias tornando-as mais dinâmicas e mais inseridas na vida regional, na Amazônia ocidental, um olhar mais desatento poderia concluir mesmo pela inexistência desse nível/tipo de cidade.

De fato, a diversidade territorial confere igualmente feições diferenciadas às cidades médias no conjunto regional. Conforme já discutido em outro momento (TRINDADE JR; PEREIRA, 2007), para o caso amazônico, e seguindo a proposição de Pontes (2001), as cidades médias, apesar de desempenharem papel importante na rede urbana regional, não trazem necessariamente grandes contingentes populacionais, como as do Centro-Sul do País. A mesma tese parece ser corroborada por Ribeiro (1998), que arrola importantes subcentros regionais com quantitativos populacionais aquém daquele intervalo recorrentemente apresentado como definidor das cidades médias.

As cidades que atuam como centros sub-regionais, constituindo importantes nós de distribuição de bens e serviços, podem ser identificadas por suas características distintas e particulares em: 1) centros que apresentam traço da frente pioneira agro-pastoril e mineral; 2) centros que estão situados nas bordas nordestinas no Estado do Maranhão; 3) centros que fazem parte da Amazônia tradicional e seu sistema dendrítico-ribeirinho, geralmente antigos e revitalizados; 4) centros que margeiam as estradas (RIBEIRO, 1998)⁶.

Da mesma maneira, Oliveira (2008), no estudo sobre as cidades da calha do Solimões, no Estado do Amazonas, reconhece diferentes tipos de cidades (quadro 03), inclusive as identificadas como cidades médias, cujo perfil se diferencia não só daquelas do Centro-Sul brasileiro, mas igualmente de outras cidades de mesma categoria da Amazônia oriental e da Amazônia meridional.

QUADRO 03 - DIFERENTES TIPOS DE CIDADES MÉDIAS NA CALHA DO SOLIMÕES

TIPOS	PERFIL	EXEMPLOS
Cidades médias de responsabilidade social	detêm uma responsabilidade territorial que as torna nódulos importantes internamente na rede; exercem diversas funções urbanas e contêm arranjos institucionais importantes não só para si, mas também para as cidades e municípios ao redor; a importância territorial tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constitui a rede urbana na região.	Tefé, Manacapuru, Parintins, Itacoatiara
Cidades médias com dinâmica econômica externa	têm importância na rede por sua inserção em uma dinâmica econômica externa; os vínculos com as demais cidades na rede não são necessariamente fortes; seu dinamismo econômico não implica em desenvolvimento local ou regional significativo, pois a atividade econômica responsável por seu desenvolvimento não agrega valor nem local nem regionalmente.	Coari

⁶ Com base em informações do IBGE, Ribeiro (1998) estabeleceu três critérios para determinar a centralidade e a área de atuação dos respectivos centros, a saber: 1) Funções de baixa complexidade – produtos para agricultura e pecuária (sacaria, arame farpado, inseticida e ferramentas agrícolas); ferragens e louças em geral; hospital geral e agência bancária; 2) Função de média e elevada complexidade – caminhões novos; motores e bombas hidráulicas em geral; serviços autorizados de eletro-eletrônicos (consertos de vídeo cassete, aparelhos de som, filmadoras e forno micro-ondas) e médico pediatra; 3) Funções de alta complexidade – computadores, microcomputadores e periféricos; equipamentos e instrumentos médicos cirúrgicos; instrumentos óticos de precisão (binóculos, lupas, microscópios, lunetas, entre outros, e escritórios de consultoria e planejamento). Depois analisou a interação entre as 203 cidades selecionadas relacionadas à procura desses bens e serviços (origem, destino e intensidade dos fluxos); estabeleceu cinco níveis de centralidade ou uma hierarquia de centros definidos com base na posição em que as cidades ocupavam quando se considerava a intensidade da procura, medida pelos fluxos de bens e serviços.

TIPOS	PERFIL	EXEMPLOS
Cidades médias de fronteira	exercem relações em uma rede mais ampla que as das cidades na calha; a rede na qual se inserem está mais difusa, incorporando cidades de países vizinhos; têm em seus arranjos institucionais forte presença das forças armadas atuando na construção da infraestrutura urbana e nos serviços.	Tabatinga

Fonte: Oliveira (2008)

Entender o papel das cidades médias como cidades em transição (SPOSITO, 2007) na Amazônia, pressupõe considerar sua inserção na dinâmica de modernização recente, mas, igualmente, a diversidade de processos que definem a complexidade territorial regional e resguardam elementos de mudança e de permanência na diferenciação intrarregional.

Essa premissa é importante, pois tem sido muito comum associar a definição das cidades médias à difusão de um meio técnico-científico-informacional, produto, condição e meio da modernidade do presente. Se o patamar populacional não nos ajuda a definir e a entender as cidades médias na Amazônia, a densidade técnica também parece ser um elemento que define esse tipo de cidade em uma perspectiva que pouco considera a diversidade territorial e os atributos conferidos às diferentes cidades que configuram a estrutura regional.

Tomemos como referência, aqui, Marabá, sem dúvida reconhecida como uma cidade média na Amazônia oriental e de fundamental importância na sub-região do sudeste paraense, caracterizada pela presença intensiva de várias frentes econômicas desde a segunda metade do século XX, assim como de grandes projetos, da difusão de redes técnicas (rodoviária, ferroviária, energética, de telecomunicações etc.) e da recorrência de conflitos que envolvem diferentes agentes e seus interesses.

Pelo perfil apresentado por essa cidade, é fácil perceber sua diferenciação em relação àquelas outras, como as situadas no Centro-Sul, onde o processo de modernização econômica também se revela na paisagem e na estruturação do espaço intraurbano. Isso pode ser detectado a partir da capacidade de consumo e da oferta de serviços considerados modernos pela população residente.

Não é necessariamente esse o perfil das cidades médias no contexto amazônico. A diferenciação não se dá somente em termos de patamar populacional, também considerado em média inferior ao das cidades de outras regiões bra-

sileiras, mas igualmente no que toca à capacidade de acumulação de riquezas, não obstante a intensidade dos fluxos existentes, capazes de configurar forte centralidade. É o caso de Marabá, que se afigura como uma boa expressão do grau de pobreza urbana que se vivencia na Amazônia oriental.

A solidariedade organizacional e o grau de verticalidade⁷ dos investimentos que foram realizados na última década nessa fração do espaço regional amazônico – bem própria das “regiões que perdem” e bem diferente das “regiões que ganham” (BENKO; LIPIETZ, 1994), ou para usar os termos de Santos (1994), das “regiões do mandar” e das “regiões do fazer” –, estabelecem, igualmente, a condição de espaços poucos modernizados e com alto grau de exclusão social, ainda que de grande centralidade para o entorno geográfico no qual se situam.

Essa parece ser uma especificidade das cidades médias na Amazônia, que passam a ter mais importância na rede urbana regional das últimas décadas. Muito mais que definir um perfil de cidade moderna e que tende a configurar melhores condições de vida, trata-se de espaços com importante centralidade, mas que pouco revelam uma possível incorporação dos investimentos realizados no contexto regional em que se inserem.

Essa constatação nos induz a pensar, de fato, o que seja a cidade média na região, a nosso ver, menos marcada pela presença de fixos modernos, que pela presença de fluxos de mesma ordem, responsáveis por garantir as verticalidades das relações que dão um novo sentido aos subespaços regionais em contextos de expansão de fronteiras econômicas ou tecno-ecológicas.

Se isso parece válido para realidades como a de Marabá, bem mais inseridas na nova dinâmica de reestruturação do espaço regional, como é o caso da Amazônia oriental, o que pensar para aquelas realidades pouco afetadas por essas frentes econômicas e onde cidades de nível intermediário tendem a caracterizar igualmente um outro perfil da cidade média no Brasil? Este parece ser

⁷ Para Santos (1994), essas noções expressam atributos do espaço no período técnico-científico-informacional que vivemos, marcado pela menor rigidez do ponto de vista da continuidade e da contiguidade absoluta, que demarcaram em outros tempos maiores horizontalidades e solidariedades orgânicas do ponto de vista espacial. Diferentemente, hoje, convivendo com aquelas, mas ganhando cada vez mais notoriedade, as solidariedades organizacionais tendem a substituir as solidariedades orgânicas de outrora. Em outros termos, os nexos de energia são substituídos por nexos de informação, em que se definem recortes horizontais - espaços contínuos, formados de partes agregadas, condição e resultado das relações de produção propriamente dita -, e verticais - pontos separados uns dos outros que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia, e que resultam das novas necessidades de intercâmbio e de regulação.

o caso da Amazônia ocidental, cujas cidades intermediárias distanciam-se não apenas em relação ao quantitativo populacional, como também em relação à densidade técnica de fixos e de fluxos.

Assim sendo, pensar uma agenda em nível nacional sugere considerar, no caso de espaços não metropolitanos, diferenças quanto ao patamar populacional, como também pensá-las verdadeiramente como espaços relacionais (HARVEY, 1980), ou seja, que contêm e estão contidas em um conjunto de relações de toda ordem, dentro de contextos geográficos que lhes conferem particularidades.

Do contrário, cairíamos na tendência nada nova de tomar como referência parâmetros extralocais para definir cidades médias em realidades nada semelhantes. Esse tipo de dedução já foi feito no passado em relação à definição de rede urbana e de espaço metropolitano, chegando mesmo a se falar de “metrópole incompleta” ou de “redes urbanas anômalas” ou “desorganizadas”, posto que não enquadradas nos parâmetros definidos por referências extrarregionais. Nesse sentido, ao tratar do papel que assumem as cidades médias na rede urbana regional da Amazônia, é preciso considerar a diversidade do território, mas principalmente os processos de mudanças e de permanências que garantem essa mesma diversidade e a natureza de fluxos que conferem maior ou menor densidade técnica ao espaço.

DA URBANODIVERSIDADE ÀS POLÍTICAS URBANAS DIVERSAS

Por fim, além de reconhecer tipos diferenciados de cidades e seus conteúdos, é interessante pensar também a possibilidade de políticas urbanas mais plurais voltadas para essa diversidade urbana reconhecidamente complexa.

Bem recentemente, dada a obrigatoriedade definida pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), muitos municípios amazônicos tiveram que elaborar seus planos diretores. Ainda que essa exigência possa ser traduzida como avanço no processo de planejamento e na tomada de decisão no âmbito das políticas urbanas, alguns desafios e dificuldades se fizeram presentes em várias dessas experiências de planejamento participativo definido pela lei.

De início, é preciso considerar que mesmo denominado de Estatuto da Cidade, as propostas de planejamento e gestão urbanos ali presentes são pensadas para uma escala que não se limita à da cidade, projetando-se a um alcance municipal. Essa impropriedade, quanto à nomeação da lei, não seria um problema se os limites dos municípios se confundissem ou, pelo menos, se aproximassem

dos limites das cidades, como acontece em outras realidades. Ou ainda, no caso de não configuração dessa coincidência ou proximidade, se as dimensões municipais não fossem tão extensas, e se essas mesmas extensões, do ponto de vista físico, não significassem também grandes diferenças entre os conteúdos intraurbanos presentes nas sedes e os demais subespaços que compõem o conjunto do território municipal.

Muito mais que em outras realidades regionais, na Amazônia, o tempo lento e o espaço opaco convivem com o tempo veloz e o espaço luminoso (SANTOS, 1994), conforme bem ilustra Hébette (1983) quando, na década de 1980, em viagem de Belém a Tomé-Açu, no Pará, descrevia:

Tivemos a possibilidade de observar formas de produção tão diferentes quanto: uma casa de farinha tipicamente familiar, uma olaria artesanal mantida em sociedade por dois amigos, um engenho de aguardente montado no século passado, um artesanato familiar de brinquedos feitos com tala de miriti, serrarias de diversas dimensões, experimentos de cultivo de mandioca em grande escala para produção de até 40 toneladas por hectare e beneficiamento industrial, pimentais e cacauais de migrantes japoneses. Observamos trabalhos feitos e veículos movidos com energia muscular ou com motor de uns poucos HP, enquanto acompanhávamos linhas de alta tensão destinadas à transmissão de energia das barragens de Tucuruí ou de Boa Esperança para Belém e passamos às proximidades de Vila do Conde, onde vai ser implantado o projeto de alumínio da Albrás (HÉBETTE, 1983, p. 169-170).

Há, em determinados subespaços da realidade regional, verdadeiros mosaicos territoriais que complexificam as práticas de planejamento e de gestão. Se em áreas de fortes dinamismos econômicos há uma tendência maior à fragmentação política do espaço, naquelas onde a modernização e a densidade técnica do território são menores, as extensões territoriais e a diferenciação entre a sede municipal e o entorno se fazem com grandes distâncias sociais e espaciais.

Essa complexidade talvez tenha sido um dos primeiros desafios encontrados na elaboração de planos diretores de alguns municípios amazônicos. Em alguns deles, com perfil nitidamente rural, e com população predominantemente fora da sede municipal, o macrozoneamento de caráter rural adquiria maior projeção, nos diagnósticos elaborados com vistas à elaboração do plano, que o macrozoneamento urbano. Isso decorre da importância assumida pela dinâmica socioespacial para além da sede, somada à extensão territorial e à dispersão populacional em municípios que apresentam, algumas vezes, tamanhos superiores a determinados países.

O caráter urbano e notadamente metropolitano do Estatuto parece não dar conta dessa realidade diversa e plural, em que os perfis das aglomerações urbanas são definidos por critérios de acessibilidade, por padrões culturais e pela relação com o meio ambiente e com a terra rural, dependendo fortemente de processos que se fazem presentes no campo e na floresta, em especial aqueles decorrentes de atividades extrativistas (minérios, madeira etc.) e da monocultura agrícola (CARDOSO; CARVALHO, 2007).

De igual maneira, a obrigatoriedade de elaboração do plano diretor – salvo situações que a lei prevê⁸ – para cidades acima de 20.000 habitantes, parece revelar também uma clara definição de cidade que deixa de lado a grande maioria das cidades amazônicas, caracterizadas por um patamar populacional inferior ao que fora definido pela lei. Estas, pelas condições que apresentam e pela realidade regional na qual se encontram inseridas, não deixam de exigir planejamentos que possam dar conta de problemas recorrentes e que definem um dado perfil de cidades com características bastante híbridas, conferidas por conteúdos rurais e urbanos, por exemplo. Estudos sobre as cidades amazônicas (MACHADO, 1999 e OLIVEIRA; SCHOR, 2008) têm demonstrado a expansão do número de pequenas cidades na região e a redução da média demográfica que compõe esses aglomerados populacionais.

Assim, na Amazônia, e diferentemente de grande parte de outras realidades do território nacional, as cidades, em uma grande proporção, são isoladas e de pequeno porte, se comparadas às médias nacionais, mas têm grande importância local (CARDOSO; CARVALHO, 2007). Desconsiderá-las para efeitos de planejamento é pensar que os problemas urbanos se associam principalmente às grandes e médias cidades e reforçar a visão de vazio a que a Amazônia sempre esteve associada. Despreza-se, nesse caso, os diversos conteúdos da urbanização, como aqueles responsáveis por definir um grande número de cidades cujo dinamismo está associado mais às atividades de agrossubsistências que propriamente àquelas de agronegócios.

⁸ A saber: a) as integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, b) onde o poder municipal pretenda utilizar os instrumentos de planejamento e gestão urbanos previstos constitucionalmente, c) cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico; d) aquelas inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

De qualquer maneira, naquelas cidades onde se fez obrigatória a elaboração do plano diretor, as dificuldades afloraram em decorrência de suas especificidades em face de uma lei de caráter geral que aponta diretrizes de planejamento e gestão não apenas para diferentes níveis de cidades – desde aquelas consideradas pequenas, que em determinadas situações devem apresentar um plano diretor, até as que integram realidades metropolitanas –, como também para realidades com perfis socioespaciais igualmente distintos. Nesse sentido, mesmo integrando uma mesma realidade regional, a diversidade de níveis, tamanhos, conteúdos e problemas urbanos revelam uma gama de particularidades que merece ser considerada nas agendas urbanas em nível nacional, dentre elas a sobreposição de territorialidades na escala municipal que, na Amazônia, parece ganhar mais projeção.

Além da especificidade não urbana da regularização fundiária, muito presente nas cidades amazônicas, em muitas dessas realidades, a existência de agentes diferentes que controlam a apropriação do espaço municipal não torna muito simples a aplicação de instrumentos presentes no Estatuto da Cidade que, em outras realidades menos híbridas, mostram-se mais fáceis de serem aplicados. Tomemos como exemplo, Belterra, no Baixo Amazonas.

Nesse município, observa-se um controle do território por diferentes instâncias de governo, que demonstram, igualmente, dificuldades de diálogo entre si, sugerindo um mosaico de territorialidades que fogem ao controle da escala local. Sob responsabilidade do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), por exemplo, encontram-se Unidades de Conservação, Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas, Projetos de Desenvolvimento Local etc.; por outro lado, os assentamentos rurais estão sob o controle do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); e parte das terras urbanas, ilhas e de beira de rio estão sob a responsabilidade do SPU (Serviço de Patrimônio da União) (PEREIRA, 2007).

A fração de terras efetivamente sob o controle municipal para fins de regularização encontra-se demasiadamente subtraída, uma vez que, somando-se as que estão sob responsabilidade federal ou estadual, verifica-se também a presença de atividades, como a soja e a mineração, que passam a ter controle sobre grandes extensões de terra, com apoio governamental, e contando ainda com recursos de bancos públicos. No total, as terras que fogem ao controle municipal chegam a somar, em Belterra, cerca de 60% do território, fato que torna

ainda mais difícil a elaboração de ações com vistas à regularização fundiária no âmbito do interesse do município (PEREIRA, 2007).

Essa especificidade estimulou, por outro lado, a associação do debate em torno do acesso à terra e aos equipamentos urbanos a outras discussões anteriores, referentes à apropriação da terra rural e aos problemas relacionados aos espaços de fronteira econômica, como os impactos ambientais e socioeconômicos (CARDOSO; CARVALHO, 2007), demonstrando uma forte relação entre os problemas e questões urbanos e os de natureza rural ou regional. Essa associação, inclusive, foi o motivo que levou as comunidades locais a redenominares as plenárias do planejamento participativo, considerando como uma só questão a complexidade rural-urbana, a exemplo do que aconteceu no município de Xinguara (PA), onde esse tipo de fórum foi chamado de “Plenária do Congresso da Cidade e do Campo”, e no município de Belterra (PA), onde recebeu a denominação de “Congresso da Cidadania”.

Outro obstáculo pareceu se colocar em face da condição de determinados municípios situarem-se em área de fronteira econômica, tornando dificultosa a mobilização para fins participativos em torno da elaboração de planos diretores. Trata-se de realidades, antes de tudo, onde as dinâmicas de transformação tornam as informações censitárias insuficientes e desatualizadas (CARDOSO; CARVALHO, 2007), dificultando sobremaneira a elaboração de diagnósticos da realidade local. Soma-se a isso a relação descompensada entre mobilidade e mobilização, já colocada por Becker (1990a) como uma questão que tolhia as diferentes formas de organização e de mobilização da mão de obra em torno de suas demandas e questões.

Para essa autora, um dos elementos que caracterizava a fronteira econômica era o perfil da mão de obra móvel e polivalente, o que significa dizer que sua não fixação, em face da busca constante e rotativa por ocupação em uma realidade de rápidas e fortes transformações, criava grandes empecilhos para viabilizar a mobilização política, fato este que reforçava a precarização do trabalho na Amazônia.

Essa mesma dificuldade foi encontrada em torno da mobilização para fins de elaboração de planos diretores participativos. Nessas regiões, de fortes transformações e dinamismo econômico, a sensação é de que todos estão de passagem e buscam o enriquecimento rápido, fomentado por atividades como a exploração de minérios, a madeireira e a agropecuária (CARDOSO; CARVA-

LHO, 2007), havendo pouco tempo para se preocupar com questões locais de espaços com que a população possui fracos laços de pertencimento territorial.

Em regiões ribeirinhas, que não foram intensamente afetadas pelas frentes de expansão econômica, essa situação de mobilização também se apresenta, desta feita, menos pela relação de pertencimento e de mobilidade da mão de obra, que pela relativa imobilidade e dificuldade de deslocamento em unidades municipais de grandes extensões territoriais e com meios de transporte irregulares e precários. O tempo lento, associado ao rio, por exemplo, mesmo não sendo determinante, dificulta a mobilidade e, em consequência, a mobilização em torno da participação popular.

Tais elementos nos convidam a pensar na possibilidade de políticas urbanas de caráter mais plural, de forma a considerar não apenas diferentes graus de urbanização da população, da sociedade e do território, mas principalmente a deslocar olhares em face da existência de realidades diversas e da convivência de espaços que não sejam necessariamente hierárquicos, e de tempos que não sejam necessariamente sequenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer perfis de cidades, apontar tendências de urbanização, pensar políticas e organizar agendas para discutir questões urbanas para uma realidade como a brasileira, significa enfrentar o desafio de compreender o território na sua diversidade social e espacial. Tal diversidade, entretanto, para ser apreendida na sua totalidade e não como um conjunto justaposto de realidades distintas, sugere deslocar olhares.

Com base nessa preocupação, os espaços passam a ser vistos não apenas como desiguais, mas também como espaços diferenciados na sua formação e existência. Tal premissa não desconsidera, em qualquer hipótese, a importância dos espaços na divisão territorial do trabalho, mas, por outro lado, não se limita a esse fator como o único elemento definidor da diversidade. Do contrário, corre-se o risco de se elencar uma sucessão de tempos e de suas respectivas espacialidades como integrantes de uma dada hierarquia socioespacial.

No caso amazônico, trata-se de um espaço reconhecido recorrentemente como de fronteira, do ponto de vista da expansão do modo de produção capitalista. Nessa interpretação, a Amazônia tornou-se uma frente econômica de ação do capital e de controle político do Estado no processo de ordenamento

do território brasileiro. É vista, assim, como um espaço em estruturação para onde as relações capitalistas de produção tendem a se expandir e se consolidar, alterando, sobremaneira, a organização socioespacial anterior (CORRÊA, 1987; BECKER, 1990a; MACHADO, 1999).

Sua natureza relacional, entretanto, faz-nos reconhecê-lo dentro do território brasileiro em uma perspectiva que não se limita à sua dimensão econômica. É nesse sentido que a fronteira assume também uma dimensão sociocultural, como bem sugere Martins (1997), ao considerá-la como espaço do conflito social, sendo, por isso, essencialmente o lugar da alteridade e da diferença. À primeira vista, sustenta esse mesmo autor, ela é o lugar do encontro de sujeitos sociais que são diferentes entre si por razões distintas, mas ela é por excelência o espaço do conflito, da alteridade, tornando-a, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e do desencontro.

É nesse sentido que uma região como a Amazônia não reflete uma suposta linearidade histórica. Os conflitos decorrentes de diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos, conforme sustenta Martins (1997), sugere, em vez de uma linearidade histórica ou de um tempo histórico que se impõe de forma avassaladora, o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente, e não linearmente, no tempo da história. Tal diversidade é produto de relações múltiplas, mas também de particularidades que são definidas pela forma com que se apresenta sua natureza, vista não apenas como recurso, mas, igualmente, como parte de padrões culturais e de representações simbólicas.

Em função da pluralidade de relações com a natureza, das diversas temporalidades e espacialidades que aí se apresentam, é uma sociedade diversamente territorializada e que se caracteriza pela multiplicidade de apropriações, de subtrações e também de resistências, sejam elas operárias, indígenas ou camponesas.

As realidades urbanas aí presentes não poderiam ser diferentes. Trata-se de formas, mas, sobretudo de formações urbanas, que revelam diferentes maneiras de se expressar o urbano, desde aquelas que categoricamente difundem os valores da sociedade moderna, até mesmo formas híbridas do espaço que denunciam fortes conteúdos rurais entremeados de valores urbanos do passado e do presente.

É nesse sentido que o exemplo amazônico pode sugerir elementos para considerar o urbano no Brasil, seja no campo da reflexão, seja no campo da

ação política. No campo da reflexão, cada vez mais as proposições teóricas para se pensar o país induzem a considerar a pluralidade de manifestação das formas e dos conteúdos urbanos, haja vista que nem sempre essa pluralidade é tratada a partir do reconhecimento de histórias e geografias diversas, mas tão simplesmente de uma interpretação linear e hierárquica de espaço e tempo. No campo da ação, as mesmas experiências de espaço e de tempo não metropolitanos indicam diretrizes de políticas que abarquem uma infinidade de processos de urbanização que não se limitem à vida urbana moderna, ainda que com ela convivam.

É nesse sentido que a urbanodiversidade aparece como uma premissa de reflexão e de ação na construção de teorias e de agendas urbanas que superem o simples pensamento abstrato. Este, mesmo não sendo necessariamente universal, se propõe, algumas vezes, a ser hegemônico. Da mesma forma, a diversidade territorial e urbana, que considere a desigualdade e a diferença, parece se colocar como elemento que estimula ações, no âmbito das políticas territoriais e urbanas, no sentido de superar a simples obrigatoriedade do ato de planejar, com base em documentos legais, para se tornar efetivamente um conjunto de ações de gestão pautadas em diagnósticos e diretrizes que sejam permeáveis à realidade socioespacial, a qual, por sua vez, apresenta-se de forma plural e diversa.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Berta Koiffman. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. São Paulo: Garmond, 2004.
- _____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990a. (Série Princípios).
- _____. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, Berta Koiffman, MACHADO, Lia Osório, MIRANDA, Mariana. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: UnB, 1990b. p. 131-144.
- BENKO, George; LIPIETZ, Alain. (Orgs.). *As regiões ganhadoras: distritos e redes, os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras: Celta, 1994.
- CAPEL, Horacio. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. *Revista de Geografía*, Barcelona, v. VIII, n.1/2, p.19-56, ene/dic. 1974.
- CARDOSO, Ana Claudia Duarte; CARVALHO, Guilherme. Introdução. In: _____. (Orgs.). *Planos diretores participativos: experiências amazônicas*. Belém: EDUFPA, 2007. p. 7-14.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

- _____. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HAESBAERT, Rogério. *Região, diversidade territorial e globalização*. Niterói: UFF, 1999. (mimeo.)
- HÉBETTE, Jean. Ciência e tecnologia para a Amazônia? In: _____. (Org.). *Ciência e tecnologia para Amazônia*. Belém: NAEA, 1983. p.169-174 (Cadernos Naea, 7).
- HURTIENNE, Thomas Peter. A dinâmica da ocupação da Amazônia: urna análise dos dados populacionais. In: COELHO, Maria Célia. *et al* (Orgs.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup, 2001. p. 216-283.
- LEFEBVRE, Henri. *La producción de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- _____. *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1979.
- LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani; LEMOS, Amália Inês. (Orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.
- MACHADO, Lia Osório. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa *et al* (Orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG, 1996. p. 835-59.
- _____. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. *Cadernos IPPUR*, vol. XIII, n.1, p. 109-138, jan./jul.1999.
- MAGNANO, Angélica Alves. A estrutura do espaço regional. In: IBGE. *Geografia do Brasil: região norte*. Rio de Janeiro, 1989. p.275-307. v.3.
- MARTINS, José Souza. *Fronteira: degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antonio. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papiрус, 2000. p. 176-185.
- MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia política da espacialidade: algumas considerações. *Geographia*, Niterói, n. 12, p.7-23, 2004.
- OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.
- _____. Espacialidades urbanas como urbanização da sociedade: as cidades e os rios na Amazônia brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p.165-186.
- PEREIRA, José Carlos Matos. Lições e aprendizados com a elaboração de planos diretores participativos na Amazônia: o caso de Belterra, no Oeste do Pará. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; CARVALHO, Guilherme (Orgs.). *Planos diretores participativos: experiências amazônicas*. Belém: EDUFPA, 2007. p. 53-83.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: SPOSITO, Maria Encarnação. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001. p. 569-607.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RIBEIRO, Miguel Angelo. *A complexidade da rede urbana Amazônica: três dimensões de análise*. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Marcos Alexandre; MALHEIRO, Bruno Cesar. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JR., Saint-Clair; SILVA, Marcos Alexandre. (Orgs.). *Belém: a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005. p. 145-169.

SILVA, Marcos Alexandre; NOBRE JR., Benedito. *Uma especificidade da relação rural-urbano na Amazônia*. Macapá: UNIFAP, 2009. (mimeo.)

SPOSITO, Maria Encarnação. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TRINDADE JR. Saint-Clair. Imagens e representações da cidade ribeirinha na Amazônia: uma leitura a partir de suas orlas fluviais. *Revista Humanitas*, Belém, v. 18, n. 2, p. 135-148, jun. 2002.

TRINDADE JR. Saint-Clair; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel; AMARAL, Márcio Douglas. Das “janelas” às “portas” para o rio: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. In: TRINDADE JR., Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti. *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUPA, 2008. p. 27-47.

TRINDADE JR. Saint-Clair; PEREIRA, José Carlos Matos. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, Maria Encarnação. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

VEIGA, José Eli. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

VICENTINI, Yara. *Cidade e história na Amazônia*. Curitiba: UFPR, 2004.

Recebido em: 04/03/2010

Aceito em: 15/06/2010